



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpelação Escrita

O Governo Central autorizou a RAEM a avançar com 350 hectares de novos aterros, e definiu que estes se destinavam a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes. As obras dos novos aterros urbanos, que se arrastam há muito, estão neste momento a acelerar. No plenário da Assembleia Legislativa, em Agosto, o Chefe do Executivo interpretou mal a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, ao afirmar que esta tinha a desvantagem de roubar terrenos à habitação pública. Isto leva as pessoas a duvidar se não estará a fugir às responsabilidades. De facto, se se assegura que na zona A dos novos aterros urbanos estão reservados terrenos para a construção de 28 mil fracções de habitação pública, essa política não vai roubar terrenos à habitação pública. Em Setembro, na resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo afirma que compete à Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) decidir quanto à orientação política sobre a proposta de “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”. Entendo que o Governo da RAEM deve elaborar, imediatamente, a respectiva proposta legislativa, para concretizar a política de “terrenos dos novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, e deve também assumir uma postura cautelosa quanto ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

planeamento e ao aproveitamento de terrenos, com vista à definição de um plano claro sobre o aproveitamento dos recursos habitacionais nos novos aterros urbanos, e de maneira a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes de Macau.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Responder às necessidades habitacionais dos residentes de Macau é o princípio geral para o aproveitamento de terrenos dos novos aterros urbanos, portanto, para além da elaboração duma proposta legislativa por parte da DSAJ, para concretizar a política de “terrenos dos novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, o Governo deve também assumir uma postura cautelosa em relação ao planeamento e ao aproveitamento de terrenos, com vista à definição de um plano claro sobre o aproveitamento dos recursos habitacionais nos novos aterros urbanos, e de maneira a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes de Macau. O Governo da RAEM está de acordo com isto?
2. O Chefe do Executivo afirmou, no plenário da Assembleia Legislativa em Outubro deste ano, que o Governo ia continuar a criar novos tipos de habitação pública, mas que para tal eram necessários terrenos. Neste momento, no pressuposto de não se afectar a exploração gradual de terrenos na Zona A dos novos aterros urbanos,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

para a construção de 28 mil fracções de habitação pública, o Governo deve planear e aproveitar, rapidamente, os terrenos da Zona B dos novos aterros urbanos, onde é possível construir 2 mil fracções, e definir que esses terrenos se destinam à construção de novos tipos de habitação pública, e, neste contexto, avançar com uma consulta pública e um estudo sobre as propostas para esses novos tipos de habitação pública. Vai fazê-lo?

20 de Novembro de 2017

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**